

## COM A PALAVRA

## José Maria de Almeida

*Ele já esteve ao lado do líder sindical Lula na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Hoje, José Maria de Almeida, paulista de Santa Albertina, aos 50 anos, ex-fresador ferramenteiro, se encontra em campo oposto ao Presidente da República, ao PT e à CUT. Já foi candidato à presidência da República pelo PSTU e é um dos líderes sindicais mais relevantes da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), entidade que se contrapõe à CUT e à qual o ANDES é filiada. Almeida é bastante ácido nas críticas ao governo federal. Para ele, centrais sindicais como a CUT e a Força Sindical se tornaram aparatos do governo e se distanciaram de suas funções prioritárias, que seria de defender o interesse dos trabalhadores. Apesar da relativa calma, com poucas greves entre os trabalhadores, o dirigente da Conlutas acredita que a crise norte-americana, com reflexos no mundo inteiro, mais cedo ou mais tarde trará repercussões para os setores operários no Brasil. Para Almeida, o grande desafio do movimento sindical é encontrar e dar uma direção aos trabalhadores, para que se possa abandonar a perspectiva meramente economicista e vislumbrar um norte político, que só poderia ser alcançado pela unidade e não pela divisão, como a que ocorre atualmente. Acompanhe a entrevista:*

# Trabalhadores estão

### PERGUNTAS & RESPOSTAS

**Pergunta-** Como o sr. avalia a relação do movimento sindical com o governo Lula?

**Resposta-** Não há uma relação única do movimento sindical com o governo Lula. Uma parte do movimento, majoritária, cuja representação mais visível é a CUT e a Força Sindical, foi incorporada à base de apoio do governo e dedica-se a defender os interesses do governo e da burocracia dirigente destas centrais, abandonando a defesa dos interesses dos trabalhadores. Para esta parte do movimento sindical, a relação com o governo é muito boa. Principalmente no que diz respeito aos benefícios financeiros que esta relação traz a estas organizações. Mas com o setor do movimento sindical que segue fiel à defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores a relação é a pior possível. Em duas dimensões: primeiro, porque o governo Lula dá continuidade às mesmas políticas econômicas neoliberais dos governos anteriores, e as aprofunda. Tem sido mais intenso o ataque aos direitos dos trabalhadores, sejam previdenciários, trabalhistas, ou sociais. A prioridade na aplicação das verbas públicas segue sendo o pagamento da dívida aos banqueiros e grandes investidores, e não à saúde, educação, moradia, reforma agrária, etc. Os serviços públicos são destruídos pela privatização, como vemos em relação às reservas petrolíferas do país, na reforma do ensino superior, com as Fundações, etc, etc.

E além dos ataques generalizados aos direitos dos trabalhadores, o governo investe em retirar dos trabalhadores também o direito de lutar. A perseguição a dirigentes e ativistas sindicais, a repressão policial e judicial às lutas dos trabalhadores, os interditos proibitórios, a perseguição ao MST no sul do país, a interferência do Estado, em apoio às centrais sindicais governistas, nas organizações dos trabalhadores - como ocorre neste momento com o ANDES/SN, com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos além de vários outros exemplos - compõem um amplo quadro de criminalização da luta e das organizações dos trabalhadores.

**P- Podemos observar um número relativamente pequeno de greves no país. Isso pode ser creditado à recuperação econômica e dos salários ou há outras causas?**

**R-** Vivemos um momento de transição na situação política do país. Entre a situação de maior refluxo vivida em quase toda a década dos 90, e a retomada do processo de mobilização social, cujo início já podemos vislumbrar nas lutas que ocorrem no país. Mas ainda é um início. As lutas ainda são atomizadas e em número relativamente pequeno. As razões para esse quadro acredito que possam ser encontradas em dois aspectos

diferentes. Há a fragmentação da classe gerada pela reestruturação neoliberal, que traz obstáculos objetivos às lutas. E também a situação econômica - que permite uma relativa estabilidade, sem que existam ataques mais diretos e generalizados aos direitos e aos salários dos trabalhadores do setor privado da economia - ajuda neste sentido. No entanto, há outro aspecto, subjetivo, que também incide e ajuda a explicar esta realidade. Trata-se da ação das direções do movimento, que funcionam como freio das lutas. Isto se dá em várias dimensões. Vai desde o peso que tem a influência de Lula entre os trabalhadores, as expectativas que ainda existem em uma parcela grande da nossa classe, passando pela ação das organizações dos trabalhadores, como é o caso de uma parte das entidades de servidores federais que, em conjunto com o governo tem atuado para desmontar diretamente qualquer possibilidade de luta do funcionalismo público federal, ou das centrais sindicais governistas que trabalham com esta mesma perspectiva. Nós deveremos vivenciar uma situação diferente na economia num período próximo. A crise da economia que já se identifica nos EUA, e também na Europa e no Japão, deve ter conseqüências também para o Brasil. Não sabemos em que tempo e em que medida isto acontecerá, mas deverá acontecer. Isto pode levar a uma mudança

na situação objetiva que empurre os trabalhadores para a luta, que criem as condições para uma retomada mais generalizada das lutas sociais no país. O desafio da Conlutas e demais setores combativos do movimento sindical é dotar a classe trabalhadora do fator subjetivo, de uma direção, que possa potencializar o processo de mobilização, bem como dar a ele uma perspectiva consciente, transformadora, fazendo com que a luta extrapole a dimensão econômica e se transforme em uma luta política mais geral, contra o capitalismo, visando a transformação da sociedade em que vivemos.

**P- Como analisaste as denúncias envolvendo uma importante liderança sindical, hoje deputado, Paulo Pereira da Silva, em supostas irregularidades?**

**R-** A corrupção, que é cada vez mais generalizada nas cúpulas sindicais do país, é decorrência da opção política feita por estes dirigentes, de dedicar sua atuação à defesa de interesses que não são os dos trabalhadores. A opção da direção da CUT, Força Sindical, e outros, em defender os interesses do governo e do empresariado, leva necessariamente ao estabelecimento de relações imorais, baseadas na corrupção, pois esta é uma característica inerente a todas as relações capitalistas. Quando o governo oferece a essas centrais o controle de um ministério, ou dá a elas o acesso a